



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º: 020
30/08/2021

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 069 – 10/12/2021

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, §2º, da Constituição da República, nas normas estabelecidas pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, pela Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I - Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - Das orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III- Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal;
- IV- Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais;
- V- Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras;
- VI- Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII - os incentivos ou benefícios fiscais a serem considerados nas metas de receitas e, as medidas compensatórias quando for o caso de impacto nas metas, nos termos do §2º, do art. 165 da Constituição Federal e, do inciso V, §2º, art. 4º da LC 101/2000;
- VIII- Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas;
- IX- Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho;
- X - Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos;
- XI - Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas;
- XII - Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso;
- XIII - Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos;
- XIV - Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes;
- XV - Do Incentivo à Participação Popular;
- XVI - Das Disposições Gerais.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Em consonância com o disposto no artigo 165, §2º, da Constituição da República; atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2022 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas; observadas as seguintes diretrizes gerais:

- I - Emprego e renda;
- II - Saúde, educação e desenvolvimento social;
- III - Planejamento e desenvolvimento urbano;
- IV - Gestão democrática e participativa.

§1º. O projeto de lei orçamentária para 2022 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma deste artigo.

§2º. O projeto de lei orçamentária para 2022 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma deste artigo.

DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 3º. Em entendimento ao artigo 167, VI da Constituição da República, as categorias de programação de despesas de que trata esta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº. 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001 e do Plano Plurianual relativo ao período 2022/2025 e legislações vigentes.

Art. 4º. O orçamento fiscal e de investimentos discriminará a despesa no mínimo por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº. 4.320/64, observando-se o seguinte:

§1º. Especificação da fonte e destinação de recursos: o detalhamento da origem e da destinação de recursos definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – Sicom.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

§2º. Grupo da origem de fontes de recursos: o agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação.

§3º. Aplicação programada de recursos: o agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categorias de programação.

§4º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 5º. O orçamento fiscal de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e autarquias, devendo a execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão central de contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I - Texto da lei;
- II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº. 4.320/1964;
- III - Quadros orçamentários consolidados;
- IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V - Demonstrativos e Documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2022 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2021 projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

Poder Executivo, até o dia 30 de junho de 2022 suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 9º. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art.10. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, a Procuradoria Municipal encaminhará, até 30 de junho de 2022, ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) os processos referentes ao pagamento de precatórios para fins de alocação de recursos no orçamento do Município.

§2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

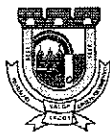
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA E AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 11. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 12. Na lei orçamentária para o exercício de 2022 as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

Art. 13. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000 e na Resolução nº. 43/2001, do Senado Federal, e demais legislações vigentes.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº. 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº. 43/2001, do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a até 1,00% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais de dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas para o exercício de 2022 as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. As despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº. 101/2000 serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

§3º. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, e de autarquias, cujo percentual será definido em lei específica.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

DA PREVISÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE HORAS EXTRAS

Art. 17. Se durante o exercício de 2022 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº. 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo, de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

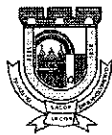
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 18. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III - Aperfeiçoamento dos processos tributários administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 19. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I - Atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

- III - Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - Revisão de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII - Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - Revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX - Instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X - Instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos;
- XI - a aprovação de lei específica que promoverá a concessão de benefícios fiscais enquanto incentivo econômico para a população local promover o pagamento em cota única, ou ainda, regularizar a situação de inadimplência com o Município, nos termos do Anexo de Renúncias Fiscais desta lei e de lei específica a ser aprovada atento ao mesmo.

Art. 20. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº. 101/2000 e atentar para o disposto no Anexo de Renúncias Fiscais constantes no Anexo desta Lei

Art. 21. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 22. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2022 serão orientadas no sentido de alcançar o *superávit* primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 23. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesas do Município no exercício de 2022 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.862/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

no período de 2022 a 2024, demonstrando a memória de cálculo respectiva. **(Emenda do Legislativo)**

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 24. As estratégias para a busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – Para a elevação das receitas:

- a) A implementação das medidas previstas nos artigos 18 e 19 desta Lei;
- b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa e posterior cobranças judicial e extrajudicial das CDAs.

II – Para redução das despesas:

- a) Utilização preferencial da modalidade de licitação denominada pregão presencial ou eletrônico, e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) Revisão geral das gratificações e benefícios concedidos aos servidores.

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 25. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º e no inciso II do §1º do artigo 31 da Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§1º. Excluem-se da limitação prevista no *caput* deste artigo:

- I – As despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – As despesas com benefícios previdenciários;
- III – As despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – As despesas com PASEP;
- V – As despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – As demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

§2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 26. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

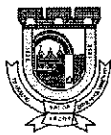
Art. 27. A lei orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa finalístico deverão ser agregadas em um programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

Parágrafo único. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno, visando à eficiência e eficácia administrativa.

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 28. A inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais ficará condicionada a autorização mediante lei específica, desde que sejam destinadas:

- I - Às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

II - Para habilitar-se ao recebimento de subvenção social, a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar de acordo as condições e normas estabelecidas pela Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal específico e demais normas vigentes.

Art. 29. A inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas ficará condicionada a autorização mediante lei específica, e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esporte, agropecuária e proteção ao meio ambiente;

II - Associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvado o disposto no artigo 19 da Lei Federal nº. 4.320/64, desde que os valores respectivos estejam vinculados a programas de desenvolvimento econômico.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender às situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 32. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 33. As transferências de recursos a título de Subvenções Sociais deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de termo de fomento, termo de colaboração ou termo de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências contidas na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal específico e demais normas vigentes.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

§1º. Compete ao órgão ou entidade concedente, através do Órgão de Controle Interno, o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º. É vedada a celebração de convênio e ou termo de parceria com entidade em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 34. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e desde que sejam observadas as condições definidas em lei específica.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica à ajuda a pessoas físicas custeada pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 35. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI, da Constituição da República.

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 36. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13da Lei Complementar nº. 101/2000.

§1º. Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, os seguintes demonstrativos:

I -As metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº. 101/2000;



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

II - A programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº. 101/2000;

III - O cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.

§2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022.

§3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 37. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº. 101/2000, somente incluirá projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022-2025 e com as normas desta Lei;

II - As dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV - Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

§1º. Os novos projetos que não estiverem contemplados no Plano Plurianual 2022-2025 e nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias dependerão da modificação de ambas as normas, mediante lei, observado o disposto nos artigos 2º e 3º do referido PPA 2022-2025.

§2º. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2022, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2021. (**Emenda do Legislativo**).



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 -Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 38. Para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 39. O projeto de lei orçamentária do Município relativo ao exercício financeiro de 2022 deverá assegurar a transparência na elaboração do orçamento.

§1º. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura para a participação e utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações.

§2º. Será assegurada ao cidadão a participação em audiências públicas para:

I -Elaboração de proposta orçamentária de 2022, mediante regular processo de consulta;

II -Avaliação das metas fiscais, conforme definido pelo artigo 9º, §4º da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, ou ainda em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências e atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, sendo permitido:

I - Realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria econômica de programação para outra ou de um órgão para outro, por meio de Decreto, em decorrência da alteração na estrutura



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta e para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito;

II- Através de decreto, a alterar ou incluir Fontes de Destinação de Recursos pertencentes à mesma classificação orçamentária;

III- Realocar saldos dentro da mesma categoria de programação, criando, quando necessário, novos elementos de despesas;

IV- Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do Orçamento Fiscal, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes da Lei Orçamentária, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações; **(Emenda do Legislativo)**

V - Realizar, através de decreto específico, alteração de fonte de Recurso pertencente à mesma classificação orçamentária;

VI - Realizar, durante a execução orçamentária de 2022, a criação por decreto de fontes de recursos em qualquer dotação já existente, inclusive aquelas codificações relacionadas ao *superávit* financeiro.

Art. 41. A abertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, §2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº. 4.320/1964.

Art. 42. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 43. Se o projeto de lei orçamentária de 2022 não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2021, fica o poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§1º. Serão admitidas emendas parlamentares e emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, até o limite de 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§2º. O percentual destinado às emendas individuais de execução orçamentária específica será subdividido igualmente entre todos os Vereadores.



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

§3º. As emendas individuais de execução orçamentária específica poderão ser utilizadas em conjunto.

§4º. As emendas individuais de execução orçamentária específica deverão estar em plena consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

§5º. A Lei Orçamentária Anual conterá dotação orçamentária própria para a inclusão das emendas parlamentares e individuais.

Art. 44. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I. Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- II. Metas das Ações e Programas de Governo;
- III. Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;
- IV. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- V. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- VI. Evolução do Patrimônio Líquido;
- VII. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VIII. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos/MG, 10 de dezembro de 2021.


CLAUDENIR JOSÉ DE MELO
Prefeito Municipal

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Epidemias, enchentes, situações de emergência ou calamidade	1.000.000,00	Anulação de dotação de Reserva de Contingência	1.000.000,00
SUBTOTAL	1.000.000,00	SUBTOTAL	1.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	TOTAL	1.000.000,00

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2021, 10h e 01m.

1º APROVADO
Sala das Sessões, em 05/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

2º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 02/2021 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Ação	Valores	
	2022	Total
0.001.000-Amortização Dívida Fundada Int. INSS	200.000,00	200.000,00
0.003.000-Manutencao de Inativos e Pensionistas	6.323.800,00	6.323.800,00
0.004.000-Manutencão do Pasep	1.481.000,00	1.481.000,00
0.005.000-Amortização Dívida Interna	1.106.000,00	1.106.000,00
1.080.000-Aquisicao de Equipamentos e Veiculos	357.000,00	357.000,00
1.091.000-Constuição de Valério Municipal Comunidade Ilha	201.000,00	201.000,00
1.144.000-Constuição e Ampliação de Edificações Públicas	1.000,00	1.000,00
1.145.000-Modernização do Patrimônio Público	1.001.500,00	1.001.500,00
1.149.000-Obras de infraestrutura, Pavimentação, Recapeamento de Vias	1.237.000,00	1.237.000,00
1.151.000-Infraestrutura do Distrito Industrial	250.000,00	250.000,00
1.155.000-Constuição de Pontes e Estradas Vicinais	200.000,00	200.000,00
1.156.000-Obras de infraestrutura do Transito Municipal	200.000,00	200.000,00
1.158.000-Ampliação da Rede Iluminação Pública	1.785.000,00	1.785.000,00
1.160.000-Constuição de Poços Artesianais	381.000,00	381.000,00
1.167.000-Constuição e Ampliação em Areas de Lazer, Parques Min. e Centros Esportivos	981.000,00	981.000,00
1.168.000-Constuição e Ampliação Praças e Jardins	20.000,00	20.000,00
1.178.000-Constuição e Ampliação de Unidades Escolares	30.000,00	30.000,00
1.179.000-Constuição e Ampliação de Creches	900.000,00	900.000,00
1.189.000-Ampliação do Programa Olho Vivo	100.000,00	100.000,00
1.196.000-Ampliação e Modernização da Frota de Veiculos	281.000,00	281.000,00
1.197.000-Implantacao da Horta Comunitaria	10.000,00	10.000,00
1.198.000-Constuição de Passarelas e Viadutos	150.000,00	150.000,00
1.202.000-Obras de Instalacao da Usina de Asfalto	250.000,00	250.000,00
1.205.000-Aquisicao de Imovel para Casa de Apoio Barretos	20.000,00	20.000,00
1.206.000-implantacao do Programa Cidade Inteligente	5.000,00	5.000,00
1.207.000-implantacao do Projeto Startups	10.000,00	10.000,00
1.210.000-Constuição e Ampliação da Sede do Caps	10.000,00	10.000,00
1.211.000-Ampliação da Farmacia de Minas	20.000,00	20.000,00
1.213.000-Modernização da Frota de Veiculos e Máquinas	1.606.000,00	1.606.000,00
1.214.000-Modernização da Administração Tributária Municipal	30.000,00	30.000,00
2.002.000-Manutencão da Secretaria da Câmara	1.162.800,00	1.162.800,00
2.004.000-Manutencão das Contribuições a Previdência Social	418.200,00	418.200,00
2.222.000-Gestão e Operacionalização do SUS	321.500,00	321.500,00
2.267.000-Programa Alimentação Trabalhador	173.400,00	173.400,00
2.292.000-Plano Saúde	25.500,00	25.500,00
2.294.000-Manutencão das Atividades da Secretaria de Governo	1.734.100,00	1.734.100,00
2.295.000-Manutencão das Atividades do Programa Olho Vivo	520.000,00	520.000,00
2.298.000-Contribuições a Associações de Municípios	25.000,00	25.000,00
2.299.000-Manutencão do Convênio Polícia Militar - PMMG	285.000,00	285.000,00
2.300.000-Manutencão do Convênio SSPMG - Polícia Civil	108.000,00	108.000,00
2.301.000-Manutencão das Atividades da Cantina Municipal	40.000,00	40.000,00
2.302.000-Manutencão do Programa Alimentação do Servidor	2.102.000,00	2.102.000,00
2.305.000-Manutencão das Atividades da Secret. Planejamento	495.500,00	495.500,00
2.307.000-Manutencão das Atividades de Informática	800.000,00	800.000,00
2.308.000-Manutencão do Convênio com SINE	147.000,00	147.000,00
2.309.000-Capacitação e Qualificação do Servidor Público	150.000,00	150.000,00
2.311.000-Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.150.000,00	1.150.000,00
2.312.000-Manutencão das Atividades da Procuradoria Municipal	332.100,00	332.100,00

1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

2º APROVADO
Sala das Sessões, em 07/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 022021 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Ação	Valores	
	2022	Total
2.313.000-Manutenção das Atividades Administrativas	3.844.000,00	3.844.000,00
2.315.000-Manutenção Sistema de Previdência a não Segurados	10.000,00	10.000,00
2.316.000-Apelo a Esportistas	505.000,00	505.000,00
2.321.000-Manutenção da Contabilidade Municipal	1.074.500,00	1.074.500,00
2.323.000-Manutenção de Arrecadação Municipal	559.500,00	559.500,00
2.324.000-Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras	2.643.000,00	2.643.000,00
2.325.000-Manutenção das Atividades Operacionais	1.834.000,00	1.834.000,00
2.326.000-Manutenção de Vias Urbanas	1.472.000,00	1.472.000,00
2.327.000-Manutenção do Cemitério Municipal	200.000,00	200.000,00
2.328.000-Manutenção do Trânsito Municipal	147.500,00	147.500,00
2.330.000-Manutenção das Atividades do Terminal Rodoviário	158.000,00	158.000,00
2.331.000-Manutenção das Estradas Vicinais	906.000,00	906.000,00
2.332.000-Manutenção da Iluminação Pública	2.933.000,00	2.933.000,00
2.332.000-Manutenção da Iluminação Pública	30.000,00	30.000,00
2.333.000-Manutenção dos Serviços de Água em Bairros e Distritos	259.000,00	259.000,00
2.334.000-Manutenção das Atividades de Saneamento Básico	265.000,00	265.000,00
2.336.000-Manutenção Fundo Mun.Preserv.Patrimônio Cultural	33.000,00	33.000,00
2.337.000-Supêncenas a Entidades Culturais	1.728.000,00	1.728.000,00
2.338.000-Manutenção de Atividades Culturais e Artes	15.000,00	15.000,00
2.341.000-Manutenção do Fundo Municipal do Turismo	695.000,00	695.000,00
2.342.000-Manutenção e Apoio ao Desporto Amador	1.975.500,00	1.975.500,00
2.343.000-Manutenção de Parques Esportivos e Recreativos	394.000,00	394.000,00
2.344.000-Manutenção das Atividades Secretária Meio Ambiente e Agropecuária	2.529.000,00	2.529.000,00
2.345.000-Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	721.000,00	721.000,00
2.346.000-Manutenção de Praças e Jardins	16.000,00	16.000,00
2.348.000-Manutenção do Alamo Sanitário	5.000,00	5.000,00
2.349.000-Atividades de Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	18.000,00
2.351.000-Manutenção do Convênio Polícia Ambiental	130.000,00	130.000,00
2.353.000-Manutenção Programas de Incentivo ao Produtor Rural	143.000,00	143.000,00
2.354.000-Manutenção Convênio com a EMATER	1.544.000,00	1.544.000,00
2.355.000-Manutenção das Atividades Estação Tratamento Esgoto	50.000,00	50.000,00
2.356.000-Controle Populacional de Animais	96.000,00	96.000,00
2.357.000-Manutenção das Atividades do Controle Interno	2.527.000,00	2.527.000,00
2.358.000-Manutenção dos Serviços Administrativos de Saúde	2.000,00	2.000,00
2.359.000-Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	88.000,00	88.000,00
2.360.000-Manutenção das Atividades de Saúde Bucal	2.153.000,00	2.153.000,00
2.361.000-Manutenção das Atividades de ACS	6.595.400,00	6.595.400,00
2.362.000-Manutenção das Atividades dos PSFs	984.000,00	984.000,00
2.363.000-Manutenção de Atividades do NASF	1.500.000,00	1.500.000,00
2.364.000-Subvenção a Santa Casa de Arcos	780.000,00	780.000,00
2.365.000-Manutenção de Atividades do CAPS	1.005.000,00	1.005.000,00
2.368.000-Manutenção de Atividades de Odontologia	320.000,00	320.000,00
2.369.000-Manutenção de Consórcio de Saúde	8.230.500,00	8.230.500,00
2.370.000-Manutenção de Atividades do Hospital Municipal	942.000,00	942.000,00
2.371.000-Manutenção do Laboratório Análises Clínicas	3.781.000,00	3.781.000,00
2.372.000-Manutenção Transporte para Tratamento Fora Domicílio	420.000,00	420.000,00
2.373.000-Manutenção de Atividades Assistenciais	2.206.000,00	2.206.000,00
2.374.000-Manutenção do Centro de Especialidades	605.500,00	605.500,00
2.375.000-Manutenção do Centro de Diagnóstico por Imagem	650.000,00	650.000,00
2.376.000-Atendimento de Demandas Judiciais na Saúde		

1º - APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

1º - APROVADO
Sala das Sessões, em 01/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 022021 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Ação	Valores	
	2022	Total
2.379.000-Manutenção do Sistema de Profiláticos e Terapêuticos	921.100,00	921.100,00
2.380.000-Manutenção de Atividades de Epidemiologia - Vig.Saúde	1.698.000,00	1.698.000,00
2.382.000-Regulação	175.000,00	175.000,00
2.385.000-Planejamento	450.000,00	450.000,00
2.386.000-Manutenção de Atividades de Complementares de Saúde	31.000,00	31.000,00
2.387.000-Manutenção de Atividades de Vigilância Sanitária - Vig.Saúde	144.000,00	144.000,00
2.388.000-Manutenção dos Serviços Administrativos Socioassistenciais	1.234.500,00	1.234.500,00
2.389.000-Subvencões a Entidades Socioassistenciais	131.500,00	131.500,00
2.390.000-Manutenção do Conselho Tutelar e Comissário de Menores	534.500,00	534.500,00
2.391.000-Apoio aos Conselhos Comunitários e Associações de Bairros	1.000,00	1.000,00
2.392.000-Manutenção das Atividades do Lactário Municipal	820.000,00	820.000,00
2.393.000-Manutenção de Moradias Populares	515.000,00	515.000,00
2.394.000-Manutenção do Programa de Aquisição de Alimentos	181.000,00	181.000,00
2.395.000-Benefícios de Prestações Eventuais	410.000,00	410.000,00
2.396.000-Manutenção do Centro Ref.Esp.Assist.Social - CREAS	277.000,00	277.000,00
2.397.000-Gestão e Operacionalização do SUAS	30.500,00	30.500,00
2.398.000-Manutenção do Conselho Mun.de Assistência Social	10.000,00	10.000,00
2.399.000-Manutenção do Centro de Acolhimento Institucional	943.500,00	943.500,00
2.400.000-Manutenção do Centro de Ref.Assist.Social - CRAS	282.000,00	282.000,00
2.403.000-Manutenção do Cadastro Único/Bolsa Família	355.000,00	355.000,00
2.405.000-Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação	636.500,00	636.500,00
2.406.000-Distribuição de Merenda das Creches	400.000,00	400.000,00
2.407.000-Distribuição de Merenda das Escolas	700.000,00	700.000,00
2.408.000-Manutenção do Ensino Fundamental	21.640.000,00	21.640.000,00
2.410.000-Manutenção do Transporte Escolar	3.056.000,00	3.056.000,00
2.413.000-Subvenção ao SEBRAE/ETGEACIA	72.000,00	72.000,00
2.414.000-Manutenção do Convênio com IFMG	3.000,00	3.000,00
2.415.000-Transporte de Alunos Universitários	1.350.000,00	1.350.000,00
2.416.000-Manutenção do Ensino Infantil	4.380.000,00	4.380.000,00
2.417.000-Manutenção do Ensino Pré-Escolar	1.930.000,00	1.930.000,00
2.419.000-Subvenção a APAE	222.000,00	222.000,00
2.421.000-Manutenção das Ações Complementares de Ensino	20.000,00	20.000,00
2.422.000-Manutenção das Atividades de Segurança Alimentar	100.000,00	100.000,00
2.423.000-Manutenção das Atividades das Casas de Apoio	210.000,00	210.000,00
2.424.000-Subvencões a Entidades de Promoção a Saúde	240.000,00	240.000,00
2.425.000-Manutenção da Correspondência Oficial	200.000,00	200.000,00
2.426.000-Manutenção do Fundo Mun. de Criança e Adolescência	5.000,00	5.000,00
2.428.000-Manutenção Atividades de Promoção e Divulgação	250.000,00	250.000,00
2.430.000-Manutenção do Convênio com ARA	64.000,00	64.000,00
2.432.000-Manutenção do Convênio Corpo Bombeiros Militar MG	125.000,00	125.000,00
2.433.000-Manutenção de Subsídios e Salários	1.938.000,00	1.938.000,00
2.434.000-Manutenção da Escola do Legislativo	168.300,00	168.300,00
2.435.000-Manutenção do Pousa Tempo	252.000,00	252.000,00
2.436.000-Manutenção do Convênio SSPMG - Presídio	30.000,00	30.000,00
2.437.000-Manutenção do Programa Criança Feliz	333.000,00	333.000,00
2.439.000-Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa	70.000,00	70.000,00
2.440.000-Manutenção do Fundo Mun. da Pessoa com Deficiência	1.000,00	1.000,00
2.441.000-Ações de Enfrentamento a Covid-19	7.617.000,00	7.617.000,00
2.442.000-Manutenção da Escola Civico Militar	20.000,00	20.000,00

1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

1º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 022021 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Ação	Valores	
	2022	Total
2.443.000-Subvencoes a Entidades de Cuidados com a Pessoa Idosa	303.000,00	303.000,00
2.444.000-Subvencoes a Entidades de Cuidados com Crianças e Adolescentes	135.500,00	135.500,00
2.445.000-Manuencao da Horta Comunitaria	5.000,00	5.000,00
2.446.000-Manuencao do Transporte Coletivo Urbano	700.000,00	700.000,00
2.447.000-Contribuicoes para Fomento ao Turismo	10.000,00	10.000,00
2.448.000-Manuencao do Programa Bolsa Atletas	36.000,00	36.000,00
2.449.000-Manuencao do Programa Cidade Inteligente	5.000,00	5.000,00
2.450.000-Manuencao das Atividades do Projeto Startups	10.000,00	10.000,00
2.451.000-Manuencao do Internato Rural	70.000,00	70.000,00
9.998.000-Reserva para Emergencias Impositivas	1.684.300,00	1.684.300,00
9.999.000-Reserva de Contingencia	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL DA LDO	4.483.000,00	4.483.000,00

019 X 0
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

018 X 0
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2022

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024			R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	
Receita Total	148.000.000,00	143.258.155,07	###	164.434.100,00	154.155.656,02	-	162.641.100,00	148.033.721,20	-	###
Receitas Primárias (I)	143.348.500,00	138.755.686,77	###	164.166.400,00	153.904.689,41	-	162.355.200,00	147.773.498,90	-	###
Receitas Primárias Correntes	140.105.500,00	135.616.590,84	###	161.530.400,00	151.433.460,45	-	157.416.900,00	143.278.725,28	-	###
Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria	17.942.000,00	17.367.147,42	###	19.018.400,00	17.829.598,17	-	20.151.100,00	18.341.257,65	-	###
Contribuições	3.324.000,00	3.217.500,73	###	3.523.600,00	3.303.346,87	-	3.735.300,00	3.399.819,85	-	###
Transferências Correntes	118.322.000,00	114.531.023,13	###	125.422.400,00	117.582.498,71	-	132.948.000,00	121.007.464,69	-	###
Demais Receitas Primárias Correntes	517.500,00	500.919,56	369,000	547.900,00	518.651,88	-	592.500,00	530.183,59	-	369,000
Receitas Primárias de Capital	3.243.000,00	3.139.095,92	###	15.654.100,00	14.675.593,78	-	4.938.300,00	4.494.773,62	-	###
Despesa Total	148.000.000,00	143.258.155,07	###	164.434.100,00	154.155.656,02	-	162.641.100,00	148.033.721,20	-	###
Despesas Primárias (II)	142.294.000,00	137.734.972,41	###	163.062.700,00	152.869.979,47	-	161.200.900,00	146.722.870,71	-	###
Despesas Primárias Correntes	136.274.500,00	131.998.334,14	###	146.772.400,00	137.597.953,27	-	153.253.300,00	139.489.073,09	-	###
Juros, Encargos e Variações Monetárias Sociais	75.595.900,00	73.173.945,71	###	79.733.400,00	74.749.425,96	-	84.123.300,00	76.567.885,60	-	###
Outras Despesas Correntes	60.678.600,00	58.734.488,43	###	67.039.000,00	62.848.527,31	-	69.130.000,00	62.921.187,49	-	###
Despesas Primárias de Capital	6.019.500,00	5.826.638,27	###	16.290.300,00	15.272.026,20	-	7.947.600,00	7.233.797,62	-	###
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Pr	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.054.500,00	1.020.714,35	751,000	1.103.700,00	1.034.709,94	-	1.154.300,00	1.050.628,19	-	732,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos	251.500,00	243.442,07	179,000	267.700,00	250.966,61	-	285.900,00	260.222,30	-	181,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passiv	456.000,00	441.389,99	325,000	478.900,00	448.964,93	-	502.900,00	457.732,75	-	319,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	850.000,00	822.766,43	606,000	892.500,00	836.711,62	-	937.300,00	853.117,74	-	594,000
Dívida Pública Consolidada	5.300.000,00	5.130.190,59	###	3.600.000,00	3.374.971,26	-	2.900.000,00	2.639.540,63	-	###
Dívida Consolidada Líquida	(350.000,00)	(338.786,18)	(249,000)	(1.000.000,00)	(937.492,02)	-	(1.200.000,00)	(1.092.223,71)	-	(761,000)

Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento. 30/Ago/2021, 18h e 01m.

1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

11/8/20
2º APROVADO
Sala das Sessões, em 7º/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas			II-Metas Realizadas			Variação (II-I)	
	em 2020 (a)	% PIB	% RCL	em 2020 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	106.500.000,00	0,000	101,332	124.103.049,94	0,000	101,147	17.603.049,94	16,53
Receitas Primárias (I)	106.118.900,00	0,000	100,969	123.982.000,98	0,000	101,049	17.863.100,98	16,83
Receitas Primárias Correntes	104.718.900,00	0,000	99,637	122.574.163,29	0,000	99,901	17.855.263,29	17,05
Impostos, Taxas e contribuições d	15.071.600,00	0,000	14,340	15.608.173,18	0,000	12,721	536.573,18	3,56
Contribuições	2.842.500,00	0,000	2,705	2.654.370,31	0,000	2,163	(188.129,69)	-6,62
Transferências Correntes	86.432.800,00	0,000	82,239	101.601.697,52	0,000	82,808	15.168.897,52	17,55
Demais Receitas Primárias Corrent	372.000,00	0,000	0,354	2.709.922,28	0,000	2,209	2.337.922,28	628,47
Receitas Primárias de Capital	1.400.000,00	0,000	1,332	1.407.837,69	0,000	1,147	7.837,69	0,56
Despesa Total	106.500.000,00	0,000	101,332	110.795.631,58	0,000	90,302	4.295.631,58	4,03
Despesas Primárias(II)	105.408.800,00	0,000	100,294	110.571.002,13	0,000	90,118	5.162.202,13	4,9
Despesas Primárias Correntes	101.160.767,68	0,000	96,252	100.883.959,32	0,000	82,223	(276.808,36)	-0,27
Pessoal e Encargos Sociais	60.734.900,00	0,000	57,788	62.741.312,73	0,000	51,136	2.006.412,73	3,3
Outras Despesas Correntes	40.425.867,68	0,000	38,464	38.556.903,06	0,000	31,425	(1.868.964,62)	-4,62
Despesas Primárias de Capital	4.248.032,32	0,000	4,042	4.665.029,90	0,000	3,802	416.997,58	9,82
Pagamento de Restos a Pagar de D	-	0,000	-	5.022.012,91	0,000	4,093	5.022.012,91	0
Resultado Primário(III) = (I - II)	710.100,00	0,000	0,676	13.410.998,85	0,000	10,930	12.700.898,85	1788,61
Juros, Encargos e Variações Monetá	381.100,00	0,000	0,363	121.048,96	0,000	0,099	(260.051,04)	-68,24
Juros, Encargos e Variações Monetá	291.000,00	0,000	0,277	224.629,45	0,000	0,183	(66.370,55)	-22,81
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V	800.200,00	0,000	0,761	13.307.418,36	0,000	10,846	12.507.218,36	1563,01
Dívida Pública Consolidada	3.100.000,00	0,000	2,950	3.251.660,00	0,000	2,650	151.660,00	4,89
Dívida Consolidada Líquida	(1.500.000,00)	0,000	(1,427)	(22.452.823,08)	0,000	(18,300)	(20.952.823,08)	1396,85

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 30/Ago/2021, 18h e 04m.

119 x 0
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

118 x 0
2º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES				%	2024	%	2023	%	2022	%	2021	%	2020	%	2019
	2024	2023	2022	2021												
Receita Total	162.641.100,00	164.434.100,00	148.300.000,00	105.500.000,00	11,1	40,28	0,94	106.500.000,00	3,4	106.500.000,00	3,4	106.500.000,00	3,4	106.500.000,00	3,4	103.000.000,00
Receitas Primárias (I)	162.355.200,00	164.166.400,00	143.348.500,00	105.320.200,00	14,52	36,11	-0,75	105.320.200,00	3,86	106.118.900,00	3,86	106.118.900,00	3,86	106.118.900,00	3,86	102.172.000,00
Receitas Primárias Corrente	157.416.900,00	161.530.400,00	140.105.500,00	103.470.200,00	15,29	35,41	-1,19	103.470.200,00	5,35	104.718.900,00	5,35	104.718.900,00	5,35	104.718.900,00	5,35	99.405.400,00
Impostos, Taxas e contribuições	20.151.100,00	19.018.400,00	17.942.000,00	14.089.500,00	6	27,34	-6,52	14.089.500,00	-4,34	15.071.600,00	-4,34	15.071.600,00	-4,34	15.071.600,00	-4,34	15.071.600,00
Transferências Corrente	3.735.300,00	3.523.600,00	3.324.000,00	2.382.000,00	6,01	39,55	-16,2	2.382.000,00	7,55	2.842.500,00	7,55	2.842.500,00	7,55	2.842.500,00	7,55	3.070.000,00
Demais Receitas Primárias	132.948.000,00	125.422.400,00	118.322.000,00	86.637.500,00	6	36,57	0,24	86.637.500,00	72,3	86.432.800,00	72,3	86.432.800,00	72,3	86.432.800,00	72,3	80.354.300,00
Receitas Primárias de Capital	582.500,00	547.900,00	517.500,00	361.200,00	5,87	43,27	-2,9	361.200,00	-49,4	372.000,00	-49,4	372.000,00	-49,4	372.000,00	-49,4	2.766.600,00
Despesa Total	4.938.300,00	15.654.100,00	3.243.000,00	1.850.000,00	382,7	75,3	32,14	1.850.000,00	3,4	1.400.000,00	3,4	1.400.000,00	3,4	1.400.000,00	3,4	103.000.000,00
Despesas Primárias (II)	162.641.100,00	164.434.100,00	148.000.000,00	105.500.000,00	11,1	40,28	-0,94	105.500.000,00	4,02	105.500.000,00	4,02	105.500.000,00	4,02	105.500.000,00	4,02	103.338.400,00
Despesas Primárias Corrente	161.200.900,00	163.062.700,00	142.294.000,00	104.413.000,00	14,6	36,34	-0,94	104.413.000,00	4,49	105.408.800,00	4,49	105.408.800,00	4,49	105.408.800,00	4,49	96.815.800,00
Despesas Primárias de Capital	153.253.300,00	146.772.400,00	136.274.500,00	99.950.826,18	7,7	20,92	-1,2	99.950.826,18	6,66	62.517.700,00	6,66	62.517.700,00	6,66	60.734.900,00	6,66	56.943.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	84.123.300,00	79.733.400,00	75.595.900,00	62.517.700,00	5,47	57,88	2,94	62.517.700,00	1,39	38.433.126,18	1,39	38.433.126,18	1,39	40.425.867,68	1,39	39.872.800,00
Outras Despesas Corrente	69.130.000,00	67.039.000,00	60.678.600,00	40.425.867,68	10,48	73,86	-4,93	40.425.867,68	-6,07	4.248.032,32	-6,07	4.248.032,32	-6,07	4.248.032,32	-6,07	4.522.600,00
Outras Despesas de Capital	7.947.600,00	16.299.300,00	6.019.500,00	3.462.173,82	170,63	0	0	3.462.173,82	0	0	0	0	0	0	0	833.600,00
Pagamento de Restos a Pagar	1.154.300,00	1.103.700,00	1.054.500,00	907.200,00	4,67	16,24	27,78	907.200,00	-14,82	710.100,00	-14,82	710.100,00	-14,82	710.100,00	-14,82	833.600,00
Resultado Primário (III) = (I) - (II)	285.900,00	267.700,00	251.500,00	179.800,00	6,44	39,88	-52,82	179.800,00	-3,32	291.000,00	-3,32	291.000,00	-3,32	291.000,00	-3,32	301.000,00
Juros, Encargos e Variações	502.900,00	478.900,00	456.000,00	325.000,00	5,02	40,31	11,68	325.000,00	-41,19	800.200,00	-41,19	800.200,00	-41,19	800.200,00	-41,19	1.360.600,00
Resultado Nominal - (VI) = (III) - (IV)	937.300,00	892.500,00	892.500,00	762.000,00	5	140,91	-29,03	762.000,00	0,67	3.100.000,00	0,67	3.100.000,00	0,67	3.100.000,00	0,67	3.620.000,00
Divida Pública Consolidada	2.900.000,00	3.600.000,00	5.300.000,00	2.200.000,00	-32,08	-76,67	0	2.200.000,00	0	1.500.000,00	0	1.500.000,00	0	1.500.000,00	0	(1.490.000,00)
Divida Consolidada Líquida	(1.200.000,00)	(1.000.000,00)	(350.000,00)	(1.500.000,00)	185,71	0	0	(1.500.000,00)	-3,68	(1.500.000,00)	-3,68	(1.500.000,00)	-3,68	(1.500.000,00)	-3,68	(1.490.000,00)

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES				%	2024	%	2023	%	2022	%	2021	%	2020	%	2019
	2024	2023	2022	2021												
Receita Total	148.033.721,20	154.155.656,02	143.258.155,07	105.500.000,00	7,61	35,79	-7,46	105.500.000,00	-1,07	114.008.250,00	-1,07	114.008.250,00	-1,07	114.008.250,00	-1,07	115.245.319,80
Receitas Primárias (I)	147.773.498,90	151.904.689,41	138.755.686,77	103.320.200,00	10,82	31,75	-7,29	103.320.200,00	-0,63	113.600.282,45	-0,63	113.600.282,45	-0,63	113.600.282,45	-0,63	114.318.881,70
Receitas Primárias Corrente	143.278.725,28	151.433.460,45	135.616.590,84	103.470.200,00	11,66	31,07	-7,7	103.470.200,00	0,79	112.101.582,45	0,79	112.101.582,45	0,79	112.101.582,45	0,79	111.223.370,03
Impostos, Taxas e contribuições	18.341.257,65	17.829.598,17	17.367.147,42	14.089.500,00	2,66	23,26	-12,67	14.089.500,00	-8,48	16.134.147,80	-8,48	16.134.147,80	-8,48	16.134.147,80	-8,48	17.628.282,16
Transferências Corrente	3.399.819,35	3.303.346,87	3.217.500,73	2.382.000,00	2,67	35,08	-21,72	2.382.000,00	-11,41	3.042.896,25	-11,41	3.042.896,25	-11,41	3.042.896,25	-11,41	3.434.981,86
Demais Receitas Primárias	121.007.464,69	117.582.498,71	114.531.023,13	86.637.500,00	2,66	32,2	-6,36	86.637.500,00	2,9	92.526.312,40	2,9	92.526.312,40	2,9	92.526.312,40	2,9	89.918.538,39
Receitas Primárias de Capital	530.183,59	513.651,88	500.919,56	361.200,00	2,54	38,68	-9,3	361.200,00	64,85	398.226,00	64,85	398.226,00	64,85	398.226,00	64,85	241.567,82
Despesa Total	4.494.773,82	14.675.593,78	3.139.095,92	1.850.000,00	367,51	69,68	23,44	1.850.000,00	-51,58	1.498.700,00	-51,58	1.498.700,00	-51,58	1.498.700,00	-51,58	3.095.511,67
Despesas Primárias (II)	148.033.721,20	152.869.979,27	143.258.155,07	105.500.000,00	7,61	35,79	-7,46	105.500.000,00	-1,07	114.008.250,00	-1,07	114.008.250,00	-1,07	114.008.250,00	-1,07	115.245.319,80
Despesas Primárias Corrente	146.722.870,71	152.869.979,27	137.734.972,41	104.413.000,00	10,99	31,91	-7,47	104.413.000,00	-0,48	112.840.120,40	-0,48	112.840.120,40	-0,48	112.840.120,40	-0,48	113.386.177,83
Despesas Primárias de Capital	139.489.073,09	137.597.953,27	131.908.334,14	99.950.826,18	4,31	31,97	-7,7	99.950.826,18	-0,03	108.292.601,80	-0,03	108.292.601,80	-0,03	108.292.601,80	-0,03	108.325.901,29
Pessoal e Encargos Sociais	76.567.885,60	74.749.425,96	73.173.845,71	65.016.710,45	2,15	17,05	-3,84	65.016.710,45	2,05	65.016.710,45	2,05	65.016.710,45	2,05	65.016.710,45	2,05	63.712.759,66
Outras Despesas Corrente	62.921.187,49	62.848.527,31	58.734.488,43	38.433.126,18	7	52,82	-11,19	38.433.126,18	-3	43.275.891,35	-3	43.275.891,35	-3	43.275.891,35	-3	44.613.141,62
Outras Despesas de Capital	7.233.797,62	15.272.026,20	5.826.638,27	3.462.173,82	162,11	68,29	-23,87	3.462.173,82	-10,13	4.547.518,60	-10,13	4.547.518,60	-10,13	4.547.518,60	-10,13	5.060.276,54
Pagamento de Restos a Pagar	1.050.628,19	1.034.709,94	1.020.714,35	907.200,00	0	12,51	0	907.200,00	0	760.162,05	0	760.162,05	0	760.162,05	0	932.703,87
Resultado Primário (III) = (I) - (II)	260.222,30	250.966,61	243.442,07	179.800,00	3,09	35,4	-55,93	179.800,00	-55,96	407.967,55	-55,96	407.967,55	-55,96	407.967,55	-55,96	926.438,10
Juros, Encargos e Variações	457.732,75	448.964,93	441.389,99	325.000,00	1,72	35,81	4,33	325.000,00	-7,5	311.515,50	-7,5	311.515,50	-7,5	311.515,50	-7,5	336.784,87
Resultado Nominal - (VI) = (III) - (IV)	853.117,74	836.711,62	822.766,43	762.000,00	1,69	7,97	-11,05	762.000,00	-43,73	856.614,10	-43,73	856.614,10	-43,73	856.614,10	-43,73	1.522.357,11
Divida Pública Consolidada	2.639.540,63	3.374.971,26	5.130.190,69	2.200.000,00	-34,21	133,19	-33,71	2.200.000,00	-18,07	3.318.550,00	-18,07	3.318.550,00	-18,07	3.318.550,00	-18,07	4.050.369,48
Divida Consolidada Líquida	(1.092.223,71)	(937.492,02)	(338.786,18)	(1.500.000,00)	176,72	-77,41	-6,59	(1.500.000,00)	-3,68	(1.500.000,00)	-3,68	(1.500.000,00)	-3,68	(1.500.000,00)	-3,68	(1.667.141,03)

FONTE: GOVER PL - Planejamento e Orçamento, 30/Ago/2021, 18h e 05m.

1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

2º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	867.137,63	1,46
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	89.599.957,70	100,00	76.899.089,53	100,00	58.664.905,86	98,54
TOTAL	89.599.957,70	100,00	76.899.089,53	100,00	58.664.905,86	98,54

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2021, 10h e 02m.

PI 9 X 0

1º APROVADO

Sala das Sessões, em 06/12/2021

[Assinatura]

Presidente da Câmara - Arcos - MG

PI 8 X 0

2º APROVADO

Sala das Sessões, em 10/12/2021

[Assinatura]

Presidente da Câmara - Arcos - MG

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	300.910,82	537.790,10	1.021,46
Alienação de Bens Móveis	57.400,00	512.400,00	-
Alienação de Bens Imóveis	241.686,37	18.392,93	1.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.824,45	6.997,17	21,46
DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	415.392,28	183.732,28	-
DESPESAS DE CAPITAL	415.392,28	183.732,28	-
Investimentos	415.392,28	183.732,28	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
	(g) = ((a)-(d))+(iii)	(m) = ((b)-(e))+(iii)	(n) = ((c)-(f))
VALOR (III)	240.597,82	355.079,28	1.021,46

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2021, 10h e 04m.

Pl 9 x 0
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Pl 8 x 0
2º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
[Assinatura]
Presidente da Câmara - Arcos - MG

Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISITA		COMPENSAÇÃO
				2022	2024	
IPTU, ISSQN, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MULTAS E JUROS DIVIDA ATIVA	Outros benefícios Anistia		Secretaria de Fazenda	200.000,00	300.000,00	Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
			Secretaria de Fazenda	800.000,00	900.000,00	
TOTAL				1.000.000,00	1.200.000,00	

R\$ 1,00

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2021, 21h e 22m.

01/09/20
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

01/08/20
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021
Presidente da Câmara - Arcos - MG

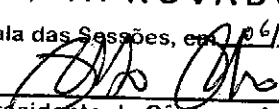
Município de ARCOS - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

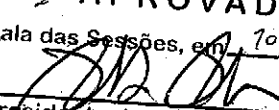
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	10.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais	7.800.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	1.200.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.000.000,00
Redução Permanente da Despesa(II)	200.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.200.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.200.000,00

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2021, 10h e 26m.

Pl 9 x 0
1º APROVADO
Sala das Sessões, em 06/12/2021

Presidente da Câmara - Arcos - MG

Pl 8 x 0
2º APROVADO
Sala das Sessões, em 10/12/2021

Presidente da Câmara - Arcos - MG